

I - APRESENTAÇÃO

A PETROBRAS protocolou nesta CGPEG, por meio das Cartas UN-ES/SMS 1405/2008, de dezembro de 2008, UN-ES/SMS 1429/2008 e UN-ES/SMS 1431/2008, ambas de 18 de dezembro de 2008, pedido de Licença de Pesquisa Sísmica - LPS para a atividade de Aquisição de Dados Sísmicos Marítimos 4D, exclusivos, nas áreas dos Campos de Golfinho e Canapu (Bloco BES-100 – Contrato de Concessão ANP 48000.003535/97-00), nas áreas dos Campos de Camarupim (Bloco BES-100 – Contrato de Concessão ANP 48000.003535/97-00) e Camarupim Norte (Bloco BMES-5 – Contrato de Concessão ANP 48610.010724/2001) e na área dos Campos de Peroá (Contrato de Concessão ANP 48000.003903/97-93) e Congoá (Contrato de Concessão ANP 48000.003902/97-21), todos localizados na Bacia do Espírito Santo. Na ocasião foram apresentadas as Fichas de Caracterização da Atividade (FCA).

Em 27 de fevereiro de 2009 a Petrobras solicitou por meio do Ofício UN-ES/SMS 0130/2009 a unificação dos processos de licenciamento das áreas supracitadas.

A WESTERNGECO, empresa responsável pela pesquisa sísmica, a fim de subsidiar o processo de licenciamento ambiental para emissão de Licenças de Pesquisa Sísmica – LPS, apresentou em setembro de 2006, conforme definido pela Resolução CONAMA N°. 350/04, o seu Plano de Controle Ambiental de Sísmica – PCAS (Processo IBAMA N°. 02022.002563/2005-22), o qual foi aprovado pela CGPEG através do Ofício n°. 734/06 - CGPEG/DILIC/IBAMA, emitido em 12 de setembro de 2006 (**Anexo I-1** do Cap. II.10).

De acordo com o artigo 4º da Resolução CONAMA nº 350/04 de 6.7.2004, a CGPEG/IBAMA realizou o enquadramento desse empreendimento em classes de licenciamento conforme a profundidade e a sensibilidade ambiental da área de localização da atividade. Nesse aspecto, as pesquisas sísmicas foram enquadradas na **Classe 1**, conforme Ofício N°. 0219/09 e PT N°. 109/09 - CGPEG/DILIC/IBAMA (**Anexo I-2** do Cap. II.10).

O presente Estudo de Impacto Ambiental foi então elaborado com base nas diretrizes estabelecidas no Termo de Referência N° 012/09, emitido pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás - CGPEG, em março de 2009.